https://doi.org/10.20336/rbs.1238

Desafios para uma releitura crítica da questão racial no Pensamento Social no Brasil

Challenges for a critical reinterpretation of the racial issue in Brazilian Social Thought

Desafíos para una reinterpretación crítica de la cuestión racial en el pensamiento social brasileño

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves[*]

RESUMO

Este artigo discute os desafios teóricos e epistemológicos envolvidos na construção de uma agenda de pesquisa que focaliza *a dimensão racial* do Pensamento Social no Brasil (PSB), destacando sua relação com a produção intelectual da área. Sustenta-se que tal agenda exige interrogar não apenas o modo como o campo abordou historicamente as relações raciais, mas sobretudo os seus condicionantes sociais, raciais, institucionais e epistêmicos, por meio dos quais foram definidos os principais objetos, sujeitos legítimos, cânones e zonas de invisibilidade. Para tanto, o artigo reconstrói, em um primeiro momento, algumas interpretações sobre raça, nação e formação social que marcaram o PSB, destacando a crítica à "sociologia do negro" e o papel da intelectualidade negra na disputa pelos modos legítimos de interpretação do país. Em seguida, sistematiza aportes teóricos e epistemológicos mais recentes que contribuem para uma releitura crítica do campo. Argumenta-se a importância de deslocar a questão racial como um eixo meramente temático para uma interrogação sobre os fundamentos da produção de autoridade intelectual no campo.[◊]

Palavras-chave: pensamento social no brasil, relações raciais, cânone, intelectualidade negra.

[*] Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
Doutora em Sociologia, Professora do Departamento de Sociologia e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA. anarodrigues@ufba.br

[◊] Uma primeira versão deste artigo foi apresentada em conferência realizada no 2º Colóquio de Teoria Social, Estado e Sociedade, realizado na UFRN, em dezembro de 2025. Agradeço ao amigo Lucas Amaral de Oliveira pela leitura e valiosas sugestões feitas a uma versão preliminar deste artigo, assim como aos(às) pareceristas anônimos(as) pelas suas contribuições ao amadurecimento de algumas das ideias contidas no texto.

ABSTRACT

This article discusses some of the theoretical and epistemological challenges involved in constructing a research agenda that focuses on the racial dimension of Social Thought in Brazil (STB), highlighting its relationship with the intellectual production of this field. It argues that such an agenda requires interrogating not only how the field has historically approached race relations, but above all the social, institutional and epistemic conditioning factors, through which the main objects, legitimate subjects, canons, and zones of invisibility were defined. To this end, the article first reconstructs selected interpretations of race, nation, and social formation that have shaped Brazilian Social Thought, emphasizing the critique of the "sociology of the Negro" and the role of Black intellectuality in disputing legitimate modes of interpreting the country. It then systematizes more recent theoretical and epistemological contributions, indicating their implications for a critical rereading of the field. The article argues that it is important to shift the racial question from a merely thematic axis to an inquiry into the foundations of the production of intellectual authority in the field.

Keywords: Brazilian social thought, race relations, canon, black intellectuality.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos teóricos y epistemológicos que implica la construcción de una agenda de investigación centrada en la dimensión racial del Pensamiento Social Brasileño (PSB), destacando su relación con la producción intelectual del área. Se argumenta que dicha agenda requiere cuestionar no solo cómo el campo ha abordado históricamente las relaciones raciales, sino, sobre todo, sus factores condicionantes sociales, raciales, institucionales y epistémicos, a través de los cuales se definieron los principales objetos, sujetos legítimos, cánones y zonas de invisibilidad. Para ello, el artículo reconstruye primero algunas interpretaciones de raza, nación y formación social que marcaron el PSB, resaltando la crítica a la "sociología del negro" y el papel de los intelectuales negros en la disputa sobre los modos legítimos de interpretar el país. Posteriormente, sistematiza las contribuciones teóricas y epistemológicas más recientes que contribuyen a una relectura crítica del campo. Se argumenta la importancia de trasladar la cuestión racial de un mero eje temático a un análisis de los fundamentos de la producción de autoridad intelectual en el campo.

Palabras clave: pensamiento social en Brasil, relaciones raciales, canon, intelectuales negros.

Introdução

Este artigo discute os desafios teóricos e epistemológicos que se impõem ao campo do Pensamento Social no Brasil (PSB) na construção de uma agenda de pesquisa descentrada sobre as relações raciais no país. Sustenta-se que tal agenda exige enfrentar, de modo articulado, dois problemas fundamentais: 1) de um lado, o modo como as interpretações sobre raça e formação nacional participaram da constituição das categorias por meio das quais a sociedade brasileira foi pensada; 2) de outro, as condições sociais, institucionais, raciais e epistêmicas de constituição do campo, que regulam a formulação e reconhecimento de determinados problemas, sujeitos, obras e tradições como produtores legítimos de conhecimento sobre o Brasil.

Trata-se de interrogar os mecanismos pelos quais o próprio campo definiu seus objetos, seus cânones e zonas de invisibilidade, acentuando sua dimensão antagônica e excludente, bem como as disputas em torno do modo legítimo de análise e interpretação das relações raciais no país. Esse exercício de releitura constitui um esforço de sistematização necessário, já que, a despeito da vocação reflexiva do campo, poucos balanços têm examinado de maneira sistemática sua *dimensão racial* e as disputas interpretativas que hoje recolocam, com intensidade crescente, a questão racial no centro da reflexão sociológica brasileira.

Nesse sentido, o artigo retoma uma tradição que destaca os processos de exotização e folclorização do negro, presentes em uma vertente hegemônica do PSB, como o já clássico ensaio de Alberto Guerreiro Ramos, *O problema do negro na sociologia brasileira* (1954), no qual o autor critica a tendência predominante de converter o negro em objeto de investigação. Em contraposição a essa perspectiva, Guerreiro identifica, à margem do campo intelectual institucionalizado, uma orientação comprometida com o "propósito antes de transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor" (Ramos, 2023, p. 143). Trata-se de uma corrente prática, que abrange a revolta dos Malês, o movimento abolicionista, intelectuais como Luiz Gama, Abdias Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN), e um conjunto de eventos organizados por intelectuais e ativistas negros. A retomada dessa corrente é considerada fundamental para a construção de uma "consciência da contradição entre as ideias e os fatos de nossas relações de raça" (Ramos, 2023, p. 226).

Mais recentemente, é possível observar os esforços de Mário Medeiros da Silva (2022) em recuperar uma tradição do pensamento social negro no Brasil, a partir dos anos 1930, destacando seus principais temas e abordagens analíticas. O autor enfatiza temas relativos à luta dos sujeitos negros por direitos civis, políticos e sociais, que compõem a história da cidadania no Brasil, alargada a partir da experiência histórico-social negra. Segundo Silva (2022, p. 60), "não é possível uma história crítica da cidadania no Brasil sem que afro-brasileiros homens e mulheres tenham destaque. Tampouco uma história do pensamento social sobre o país, sob pena de discriminação racista e um retrato mal-apresentado".

De modo semelhante, Lucas Oliveira (2025) identifica a emergência de uma "tradição não tradicional", composta majoritariamente por intelectuais não brancos, que desloca radicalmente pressupostos do chamado "paradigma da formação". Em contraposição às narrativas conciliatórias de progresso, integração e superação do atraso que marcaram o PSB, emerge o "paradigma da deformação": uma constelação heterodoxa de interpretações que concebe o Brasil como uma forma social e histórica fraturada desde sua origem, inscrevendo a racialidade e a colonialidade como dimensões constitutivas da modernidade brasileira.

Esse movimento reflexivo sobre o PSB tem ganhado força nos últimos anos, impulsionado por transformações mais amplas da sociedade brasileira, entre as quais se destacam uma maior democratização do acesso ao ensino superior e consequente formação de um público-leitor mais diverso, além da crescente centralidade de agendas antirracistas no debate público, acadêmico e institucional. A presença ampliada de pessoas negras, indígenas, quilombolas e oriundas da periferia no espaço universitário têm tensionado os currículos e desnaturalizado conceitos e interpretações estabelecidas, colocando em disputa critérios de consagração intelectual. Desnaturaliza-se, assim, a vigência de certos "consensos" e as condições de constituição do campo e de seu cânone, marcados pela baixa presença de uma intelectualidade não branca.

Cabe mencionar, nesse sentido, a pesquisa de Elen dos Santos (2025) sobre o processo de invisibilização de Lélia González no PSB. A autora parte de uma inquietação diante do modo como sua obra tem sido recepcionada no campo intelectual brasileiro, já que, a despeito das suas contribuições para pensar os dilemas do capitalismo brasileiro e o caráter multidimensional

das desigualdades, sua circulação permanece concentrada sobretudo nos estudos sobre gênero e raça. A partir de uma análise bibliométrica dos trabalhos apresentados nos principais congressos da área, entre 2012 e 2022, Santos (2025) observou que, de um total de 155 trabalhos, apenas dois faziam referência aos textos de González, ainda assim de modo tangencial. Esse achado conduziu a um redirecionamento da pesquisa voltado à explicação das razões do apagamento de intelectuais negras no campo do PSB. Desse modo, Santos (2025) adentra o debate sobre a produção social da invisibilidade intelectual negra (Silva, 2022, p. 52), por meio de uma análise das características do campo (principais temas, objetos de estudo e "intérpretes do Brasil" mais referenciados), destacando o racismo epistêmico como importante fator explicativo.

É com essa agenda de pesquisa que este artigo busca dialogar, sistematizando alguns aportes teóricos e epistemológicos que têm contribuído para a construção de uma abordagem crítica e descentrada acerca da questão racial, desde o Pensamento Social no Brasil. Para desenvolver esse argumento, o artigo se organiza em duas seções. Na primeira, reconstrói alguns modos pelos quais o PSB abordou historicamente as relações raciais no Brasil, destacando seus enquadramentos predominantes e suas disputas, que permitem desvelar a dimensão antagônica do campo e as contribuições do movimento negro na reorientação dos estudos sobre relações raciais no país. Na segunda, sistematiza perspectivas teóricas e epistemológicas que têm permitido deslocar criticamente esse enquadramento. Mais do que acrescentar a raça como um eixo temático entre outros, trata-se de examinar como ela incide sobre os modos de constituição do campo, seus cânones, objetos privilegiados e suas zonas de invisibilidade, contribuindo com os esforços de racialização da (auto)compreensão do PSB.

Relações raciais, formação nacional e disputas interpretativas no PSB

O PSB tem sido definido como um campo dedicado à análise das ideias produzidas sobre o país, no qual a mobilização das obras clássicas ocupa um papel central. O interesse em abordar o "pensamento sobre o Brasil" se fundamenta na compreensão de que ele não é só a "expressão complexa

de contextos histórico-sociais particulares", mas também se torna "força prática e deixa marcas profundas na realidade social" (Trindade, 2025, p. 4-5). Parte-se da concepção de que as ideias têm força, permeiam o imaginário, a sociabilidade e pautam muitas das disputas políticas vigentes na sociedade. Em entrevista, Luiz Werneck Vianna observa, ainda, a vocação da disciplina "para um esforço reflexivo, que, ao interpretar o país, se inclui no movimento das forças sociais que o transformam" (Schwarcz & Botelho, 2011, p. 156-157).

Vale destacar que as interpretações sobre as relações raciais no país sempre foram fundamentais para a conformação do "modo de ser brasileiro", orientando não somente as visões sobre a identidade nacional, mas também as *disputas* passadas e presentes que permeiam o país. As diferentes visões sobre as relações raciais no Brasil têm contribuído historicamente seja para a reprodução e legitimação do *status quo* racial (Pinho & Figueiredo, 2002), seja para a reivindicação de direitos e construção de políticas públicas de combate ao racismo e às desigualdades raciais. Sobre esta última perspectiva, Silva (2022, p. 60) ressalta a contribuição de uma intelectualidade negra, no decorrer do século XX, sintonizada com questões locais e globais de seus tempos, que, por meio de disputas intelectuais, conseguiu moldar aspectos da cidadania negra e construir uma percepção pública sobre o racismo no país.

Nada expressa melhor a disputa em torno das "visões sobre o Brasil" no que se refere às relações raciais do que o debate sobre cotas raciais nas universidades brasileiras, que mobilizou as ciências sociais e, de modo mais amplo, a esfera pública no início dos anos 2000. Essa disputa foi investigada por Aristeu Portela Jr. (2020) por meio de uma análise dos discursos sobre as cotas nos artigos de opinião do jornal *O Globo*, no período entre 2004 e 2012. Portela Jr. mostra que esse nunca foi um debate técnico sobre uma política pública, mas sempre envolveu uma disputa sobre os "sentidos da nação". Diferentes visões sobre a identidade brasileira, desenvolvidas desde o século XIX e ao longo do século XX – particularmente as interpretações sobre relações raciais no Brasil –, foram retomadas e ressignificadas em pleno século XXI, fundamentando as diferentes posições assumidas no debate sobre cotas raciais no Brasil.[1]

[1] Esta disputa está longe de ter sido superada com a implementação da lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), vide os mais recentes ataques às políticas de ação afirmativas, de modo que tal debate permite, a um só tempo, atestar a força social das ideias e acentuar a importância teórica e política de rever criticamente a questão racial desde o campo do PSB. Sobre os ataques à política de cotas, ver: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2026/01/30/governo-de-sc-justifica-stf-maior-populacao-branca-defesa-cotas-raciais.ghtml Acesso em: 17/04/2026.

Cumpre salientar, ainda, que se trata de um tema *fundante* do campo, já que os debates sobre nação e formação no Brasil se entrelaçaram à preocupação com a constituição racial da sociedade. Segundo Elide Rugai Bastos (2025), embora assumindo diferentes perspectivas, os autores do século XIX e século XX convergiram em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, desenvolveram suas análises em momentos de crise social, política e cultural – a exemplo do contexto de desagregação do regime escravista e emergência de movimentos republicanos, em fins do século XIX, e das mudanças advindas com a revolução de 1930, que reorientam de modo significativo diversos âmbitos da vida econômica, política e social. Além disso, "ao se posicionarem em relação à problemática da raça e da constituição do povo, instigam outros pesquisadores a refletir sobre a questão racial e redefinem os rumos do pensamento social no Brasil" (Bastos, 2025, p. 199).

Embora tal entrelaçamento tenha sido apontado como um dos elementos característicos do debate intelectual brasileiro, Connell (2012) observa que raça e gênero figuraram entre os principais temas de um primeiro projeto euro-americano de ciência social, expressando problemas colocados ao Império no contexto de expansão dos poderes imperiais e da relação que esses firmavam com suas colônias. Essas questões também circularam nas periferias, assumindo configurações específicas conforme as mediações de cada contexto intelectual. É o caso do Brasil, que vivenciou, sobretudo entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, o que Lilia Schwarcz (1993) denominou "paradoxo da raça".

Esse paradoxo está diretamente relacionado ao modo como as teorias raciais foram recebidas no contexto intelectual brasileiro de fins do século XIX. Nele, a miscigenação foi frequentemente concebida como um processo degenerativo e convertida em chave explicativa para os principais impasses do país. Por um lado, a circulação dessas ideias entre as elites brasileiras permitiu legitimar desigualdades raciais em um contexto de derrocada do regime escravista e de aclimatação do liberalismo. Por outro, essas mesmas ideias colocavam em xeque o futuro do país e a própria viabilidade da nação, dado o alto grau de miscigenação da sociedade brasileira (Schwarcz, 1993).

Aliás, é possível dizer que muito do sentido adquirido pelo campo do PSB, de sua "singularidade" e "circunscrição nacional" (Brasil Jr., Jackson & Paiva, 2020, p. 3) – quando comparado a outros contextos intelectuais –, está

diretamente ligado a esse paradoxo e à centralidade assumida pela questão racial nos esforços intelectuais de construção da nação. O campo intelectual brasileiro assumiu quase como uma obsessão a discussão sobre o "problema da difícil construção nacional". Segundo Paula Barreto *et al.* (2017, p. 127),

> correlações entre Estado e raça foram apresentadas durante toda a primeira metade do século XX como forma de produzir compreensões sobre os rumos da nação que se constituía: republicana, pretensamente moderna, e com um contingente de, então, cidadãos pretos e mestiços, presentes em vários estratos sociais.

É interessante observar como mesmo a geração de ensaístas de 1930 a 1945, consagrada em seu próprio tempo pela ruptura com o racismo científico (Cândido, 1995), tem sido retomada criticamente em balanços mais recentes que identificam o *racismo cultural* ou *culturalista* como base de suas interpretações sobre os entraves da formação nacional. Desse modo, autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., só para citar os mais conhecidos, são acusados de terem substituído uma hierarquia racial por outra de ordem cultural, identificada com padrões europeus, que invisibiliza ou coloca em segundo plano contribuições das culturas não ocidentais da matriz colonial brasileira, como as africanas e ameríndias; negando, com esse movimento, projetos políticos alternativos (Melo, 2020; Souza, 2015).

Além disso, não raramente os estudos sobre relações raciais no Brasil se converteram em uma "sociologia do negro", na qual este último foi reduzido a mero "objeto do conhecimento" e representado como figura fossilizada, desprovida de agência e de capacidade intelectiva (Pinho & Figueiredo, 2002; Ramos, 2023; Santos, 2025; Silva, 2022). É possível observar o esforço contínuo de Ramos em rever criticamente o chamado "problema do negro" ao longo de sua trajetória intelectual. Em *Patologia social do branco brasileiro* (1955), esse problema desponta como expressão de uma "patologia cultural", definida pela generalização de um padrão ético e estético exógeno, cujo sentimento de inferioridade seria sublimado pela conversão do negro em objeto de estudo. Assim, intelectuais brancos buscavam demarcar sua condição de superioridade intelectual e moral com relação às pessoas negras. González (2020) também aponta um processo de infantilização e coisificação das pessoas negras em uma tradição hegemônica do PSB, no qual essas não são reconhecidas como sujeitos do conhecimento.

A objetificação do negro está ligada a outra tendência histórica do campo, que é relegar a intelectualidade negra a um segundo plano analítico, inviabilizando a fortuna crítica sobre suas trajetórias e ideias e secundarizando suas contribuições (Silva, 2022). DeJesus (2025) destaca a esse respeito a dicotomia construída de modo recorrente no campo intelectual brasileiro em torno do intelectual universal x intelectual negro. Enquanto o primeiro seria reconhecido pelos pares como "intelectual" e "produtor de diagnósticos", ao intelectual negro caberia o lugar do "militante" que faz denúncia. A elucidação dessas tendências permite compreender o esforço de Guerreiro Ramos para ser reconhecido como "sociólogo" e não como "intelectual negro", apesar de sua profícua interlocução com o TEN nos anos 1940/1950 (Barbosa, 2023). Tal sistematização também ajuda a explicar a invisibilização de intelectuais negros(as) no PSB, considerando que o estudo sobre intelectualidade constitui um de seus principais eixos temáticos (Carvalho, Brasil Jr., 2020; Santos, 2025).

Essa discussão tem sido retomada nas últimas décadas em balanços que buscam destacar a racialidade como dimensão constitutiva do campo intelectual brasileiro – ao lado de outros condicionantes históricos e sociais –, contribuindo para o esforço de (auto)compreensão do PSB, notadamente de sua produção sobre a questão racial. Nesse sentido, Pinho e Figueiredo (2002) analisam alguns aspectos do debate sobre as relações raciais a partir de uma dupla articulação: com o caráter histórico e socialmente determinado do campo das ciências sociais brasileiras e com a colonialidade do poder/saber que marca a consciência intelectual nacional com o sentimento de inadequação. As categorias mobilizadas historicamente para interpretar as relações raciais no país seriam "expressão da hegemonia branca na sociedade e no campo acadêmico brasileiros" (Pinho & Figueiredo, 2002, p. 191).

Os autores destacam que todo o edifício do pensamento racial se consolidou a partir da introdução de modelos estrangeiros, com a mobilização de categorias "excessivamente comprometidas com a manutenção do *status quo* racial local" (Pinho & Figueiredo, 2002, p. 192). É dentro dessa perspectiva que eles interpretam os processos de inferiorização, objetificação e folclorização do negro nos estudos sociológicos, que ganham sentido a partir das relações (de poder) estabelecidas no campo intelectual nacional e na própria sociedade.

Nesse sentido, os congressos afro-brasileiros realizados nos anos 1930 são identificados como momento de definição do campo de estudos sobre relações raciais no Brasil, que oscilava naquele momento entre um modelo racialista – consagrado na obra de Nina Rodrigues – e um modelo sociológico ou culturalista emergente – delineado a partir da obra de Arthur Ramos. Bacelar (1980, p. 268) mostra como os estudos afro-brasileiros desenvolvidos por Nina Rodrigues e seus discípulos da Escola Baiana de Medicina estavam diretamente relacionados à configuração do negro como "problema" na Bahia de 1900, dada a sua predominância quantitativa, que irá orientar a recepção de teorias científicas vigentes na Europa, voltadas à afirmação da inferioridade do negro e à diferença de costumes.

Já a configuração de um novo modelo teórico, voltado a uma leitura culturalista da tradição africana, é encarada como técnica de dominação social adequada às transformações sociais em curso, que servirá de base para a construção do arcabouço teórico-ideológico no qual se assenta a ideia de democracia racial (Bacelar, 1980; Pinho & Figueiredo, 2002). Fortemente embebidos em uma perspectiva teórica evolucionista, esses estudos atuavam como "justificativa racionalizadora [...] da persistência do negro nas posições mais baixas da sociedade" (Bacelar, 1980, p. 271). Esses balanços buscam demonstrar os vínculos existentes entre os estudos sobre o negro e o ambiente social em que foram produzidos. Segundo Pinho e Figueiredo (2002, p. 198),

> O campo das Ciências Sociais brasileiras, notadamente no que se refere aos estudos de relações raciais, faz parte da história das relações de raça no Brasil. Tanto alimenta as interpretações que entram nas disputas efetivas, extrapolando o campo acadêmico propriamente dito, como, constituindo modelos de leitura legítimos para a realidade, ajuda a ocultar o que deveria esclarecer: as relações entre a produção do conhecimento e a estrutura desigual da sociedade brasileira, racialmente marcada.

Por outro lado, considerando o caráter concorrencial do campo científico e as disputas que o atravessam, os autores destacam a introdução de novas tensões nesse ambiente, propiciadas sobretudo pelas demandas de sujeitos sociais negros e, em muitos casos, resultantes da luta política pela emancipação em diferentes contextos (Pinho & Figueiredo, 2002).

Nesse sentido, vale ressaltar que o PSB sempre esteve atravessado por disputas que buscaram estabelecer o modo legítimo de interpretação das relações raciais no Brasil, "dentro" e "fora" do campo acadêmico. Desse modo, emergiram outras imagens e outros modos de leitura das relações raciais no Brasil, produzidas sobretudo por intelectuais negros e negras, inicialmente em espaços não institucionalizados de produção do conhecimento. Cumpre salientar a influência exercida pelo movimento negro sobre toda uma geração de cientistas sociais, a partir dos anos 1940, que provocou uma reorientação na agenda de pesquisa sobre relações raciais no país e que não tem sido devidamente considerado na história da disciplina.

O movimento negro buscou forçar o diálogo com os intelectuais especializados em diferentes momentos da história do país, compreendendo esse diálogo como estratégia crucial de legitimação e institucionalização de suas interpretações. Um exemplo desse esforço pode ser encontrado na coluna "Democracia Racial", do jornal *Quilombo*, fundado por Abdias Nascimento em 1948, inaugurada com um texto de Gilberto Freyre, intitulado "A atitude brasileira". Para essa coluna, foram convidados intelectuais notáveis, brasileiros e estrangeiros, a exemplo de Arthur Ramos e Melville Herskovits.[2]

A intelectualidade negra se insere, sobretudo a partir desse período, no debate sobre a identidade nacional, tensionando e alargando suas formulações, a partir da experiência do negro e da reivindicação da negritude como parte constitutiva da identidade brasileira – consagrada na afirmação de Ramos (2023, p. 182), para quem: "negro é povo, no Brasil". De modo semelhante, há um esforço para enquadrar o chamado "problema do negro" como problema nacional (Nascimento, 1982; Ramos, 2023).

Além disso, muitos intelectuais atuantes no período reivindicavam o caráter científico de suas análises e um modo específico de fazer sociologia, de caráter prático e comprometido com a intervenção social – contrapondo-se, desse modo, ao caráter "alienado" assumido pelos estudos sobre o negro no âmbito das disciplinas institucionalizadas, que ainda não teriam atingido a fase científica no Brasil (Ramos, 2023, p. 127). Cabe assinalar a esse respeito as reivindicações de Nascimento e Ramos sobre o caráter sociológico do TEN,

[2] As edições fac-similares do Jornal *Quilombo* encontram-se disponíveis no acervo digital do IPEAFRO: https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/. Acesso em: 03/05/2026.

descrito como uma "reação de intelectuais negros", que tem como um dos seus principais objetivos a formulação de "categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil" (Ramos, 2023, p. 127). [3]

Vale ressaltar também a importância assumida pelo I Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1950 e descrito por Ramos (2023, p. 119) como um "verdadeiro laboratório de sociologia experimental". Definido como um congresso feito por negros e para negros, com objetivos científicos e políticos, o evento contou com a presença de notáveis intelectuais acadêmicos como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Darcy Ribeiro, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, entre outros(as). As teses apresentadas no Congresso foram fundamentais para rever interpretações largamente difundidas no campo intelectual brasileiro, como a imagem idílica de uma escravidão mais humanizada no Brasil e diversos estereótipos raciais (Campos, 2004; Nascimento, 1982; Ramos, 2023). Para Ramos, a revisão crítica dessas ideias exprimia a emergência de um novo espírito sociológico, que deveria desvelar as relações entre essa produção intelectual e a estrutura de dominação racial vigente na sociedade brasileira. Segundo o autor,

> Os estudiosos do assunto, por motivos que poderiam ser explicados talvez à luz da sociologia do conhecimento, têm preferido acentuar a humanidade da escravidão no Brasil e contribuíram assim para que formasse entre nós o estereótipo do senhor bom, tolerante e paternal e do escravo submisso e acomodado. [...] Não será o estereótipo mencionado acima uma dessas elaborações ideológicas, uma racionalização de escritores brancos ou de qualquer forma ligado à estrutura de dominação do branco? Se os estudos sobre negros fossem realizados preponderantemente por negros, não teriam eles assumido um outro caráter? (Ramos, 2023, p. 96-97).

Ao final daquele Congresso, foi encaminhado um conjunto de recomendações à Unesco, no momento em que a instituição iria patrocinar

[3] Segundo Ramos, "fundamentado em bases científicas, de caráter sociológico e antropológico, o TEN nunca foi compreendido pelos prógonos da ciência oficial, que, embora não o hostilizaram francamente, sempre se conduziram em face do empreendimento com desconfiança. No fundo, percebiam que o TEN representava uma mudança de 180 graus na orientação dos estudos sobre o negro". Sobre a relação estratégica e conflituosa estabelecida entre intelectuais acadêmicos e movimento negro, ver também Nascimento (1982).

relevante pesquisa sobre relações raciais no Brasil, dentre as quais indicava-se a necessidade de aliar o exame científico das relações raciais à intervenção prática na realidade (Campos, 2004, Nascimento, 1982; Ramos, 2023). Desse modo, a intelectualidade negra do período disputava não somente a identidade nacional e os modos de ver as relações raciais no país, mas o "modo legítimo de produzir sociologia", enraizado na prática e comprometido com a transformação social.

A partir desse esforço de interlocução, o movimento negro exerceu influência sobre toda uma geração de cientistas sociais, a partir dos anos 1940, como é o caso de Virgínia Leone Bicudo, que apresentou a primeira dissertação sobre a temática racial na área, abordando de modo pioneiro o movimento negro, a partir da realização de entrevistas com membros da Frente Negra Brasileira (FNB) e análise do mensário *A Voz da Raça*. Seu trabalho tensionou a interpretação dominante sobre a inexistência de preconceito racial no Brasil, consagrada nos trabalhos de Gilberto Freyre e de Donald Pierson – este último seu orientador na Escola Livre de Sociologia e Política.

É justamente na análise dos depoimentos dos membros da FNB que o confronto de Bicudo (2010) com as interpretações de seu orientador se torna mais explícito, ao evidenciar as resistências enfrentadas pelos negros em São Paulo na esfera ocupacional, apesar de seus méritos pessoais. Ademais, a autora destaca que, ainda quando absorvidos(as) no mercado pelas suas competências profissionais, negros e negras não eram reconhecidos(as) como *pessoa*, tampouco incluídos(as) em outras esferas da vida social. Desse modo, a autora aborda temas centrais da produção intelectual negra, no Brasil e em outros contextos intelectuais, tais como a negação da humanidade das pessoas negras e os efeitos da introjeção do racismo pelo sujeito racializado.[4] A despeito da relevância do seu trabalho, Virgínia Bicudo também foi largamente invisibilizada no campo, tendo sua dissertação publicada somente em 2010 (Bicudo, 2010; Maio, 2010; Silva, 2011).

[4] É possível destacar a importância da reconstrução de certa "linhagem" do pensamento social negro, diretamente atrelada à posicionalidade desses autores, particularmente à sua experiência como sujeitos racializados, que adquire contornos transnacionais, abrangendo autores como Du Bois e Frantz Fanon – dedicados a analisar o papel da raça na conformação das sociedades modernas, seus mecanismos de operação, sobretudo por meio da denegação da humanidade da pessoas negras, as consequências da introjeção do racismo e o deslocamento analítico para o polo racial dominante. No Brasil, essas ideias permitem reunir autores(as) tão diversos(as) como Maria Firmina dos Reis, Virgínia Bicudo, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outros(as). A sistematização dessa linhagem ajuda a responder à questão colocada por Ramos acima referida.

A influência do movimento negro – particularmente de Abdias Nascimento e do TEN – foi também um divisor de águas na trajetória de Guerreiro Ramos, que passa, a partir do final dos anos 1940, de uma atitude de relativa denegação da questão racial para uma postura crítica com relação à "sociologia do negro", de enfrentamento do preconceito racial e de proposição de uma sociologia nacional. Muitas das análises desenvolvidas por Ramos sobre a questão étnico-racial, nos anos 1950, foram gestadas nesse ambiente de colaboração e disputa – a exemplo da afirmação de uma estética da negritude e da proposta de transformar o branco em objeto da investigação científica (Barbosa, 2023; Ramos, 2023; Shiota, 2014; Trindade & Alves, 2024).

A participação no I Congresso do Negro Brasileiro impactou um conjunto de intelectuais acadêmicos, como o antropólogo norte-americano Charles Wagley, coordenador do Projeto Unesco sobre relações raciais na Bahia, ao lado de Thales de Azevedo, que, a partir das discussões realizadas naquele Congresso, passou a defender a ampliação da pesquisa para outras regiões, por considerar que havia diferenças significativas entre a Bahia e o Sudeste (Campos, 2014).

Tal influência também foi decisiva para Roger Bastide e Florestan Fernandes, coordenadores da pesquisa em São Paulo, no início dos anos 1950. Embora Bastide já tivesse uma interlocução com o meio negro, ele buscou incorporar as recomendações apresentadas naquele Congresso na pesquisa coordenada em São Paulo, como a de conferir um sentido prático ao trabalho acadêmico e estimular a colaboração com o movimento e sua intelectualidade no processo de investigação. Antônia Campos (2014) recupera os "bastidores" dessa colaboração, por meio de uma pesquisa documental no acervo de Florestan Fernandes,[5] mostrando como intelectuais e ativistas negros(as) atuaram em todas as etapas da pesquisa, exercendo uma influência decisiva na interpretação sociológica construída por Fernandes em A *integração do negro na sociedade de classes* (INSC), tese de cátedra apresentada à Universidade de São Paulo (USP), alguns dias após o golpe de 1964.

[5] O material empírico construído na pesquisa coordenada por Bastide e Fernandes se encontra disponível no Fundo Florestan Fernandes, localizado na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. No acervo, é possível encontrar as atas das reuniões realizadas junto aos intelectuais e ativistas negros(as), além de livros de intelectuais negros como é o caso de *Os pretos do Rosário de São Paulo* (1954), de Raul Joviano do Amaral, um dos interlocutores da pesquisa, cuja obra é citada nas referências de INSC.

De modo geral, portanto, as reivindicações dos intelectuais e ativistas negros sobre a necessidade de aliar o estudo científico das relações raciais a finalidades práticas serão gradativamente incorporadas aos estudos realizados a partir dos anos 1950, contribuindo para a própria redefinição dos rumos da própria sociologia no país, bem como para a consolidação de uma abordagem da questão racial como problema nacional, de cuja solução dependeria a efetiva democratização da sociedade brasileira[6] (Fernandes, 2021). O conhecido debate entre Guerreiro Ramos e o grupo de Florestan Fernandes na USP sobre o modelo de sociologia a ser adotado no Brasil e a própria reformulação da cadeira de Sociologia I pelo sociólogo paulista fazem ecoar os debates suscitados pela intelectualidade negra e a pesquisa sobre relações raciais desenvolvida nos anos 1950 (Bastos, 2025).

Mais recentemente, é possível observar uma agenda de pesquisa emergente que busca recuperar a colaboração entre intelectuais acadêmicos e intelectualidade negra, refletindo sobre o papel dos movimentos sociais na história dos conceitos – como é o caso do mito da democracia racial elaborada por Fernandes (2021), que parte das análises críticas do movimento negro e adentra, por meio da referida obra, o ambiente acadêmico da USP. Vale ressaltar também o impacto exercido pela publicação dessa obra entre os integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU), que emerge no contexto das lutas pela redemocratização do país (Campos, 2014; Silva, 2018).

A partir dos anos 1970, notabiliza-se um conjunto de intelectuais negros(as), em diálogo com o MNU, que passa a atuar no espaço acadêmico, tensionando categorias, promovendo deslocamentos analíticos e produzindo novas interpretações sobre a formação nacional e relações raciais no país. É o caso de Lélia González, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura e Eduardo de Oliveira e Oliveira (Oliveira, 2025; Silva, 2022). O pensamento desses(as) autores(as) permanece, contudo, pouco explorado no campo do PSB, enquanto a própria discussão sobre a questão racial aparece de modo relativamente reduzido em balanços recentes – a despeito de sua centralidade e transversalidade com relação aos outros eixos temáticos que estruturam a produção contemporânea da área (Carvalho & Brasil Jr., 2020; Santos, 2025).[7]

[6] Em "Raça e nação", Bastos (2025, p. 221) destaca as obras de Octavio Ianni, sobretudo a partir dos anos 1970, como expressões dessa compreensão sobre o caráter político do estudo científico das relações raciais, bem como sobre a "relação intrínseca entre o encaminhamento da questão racial e resolução da questão nacional".

[7] Segundo Carvalho e Brasil Jr. (2020, p. 608), a transversalidade indicaria a relevância da questão racial para o campo, tema que se revela ainda hoje como mediador importante entre discussões distintas desenvolvidas pelos(as) pesquisadores(as) da área.

Apesar disso, é possível observar um movimento de abertura que se manifesta tanto na produção bibliográfica quanto no ensino sobre PSB, criando condições favoráveis para a formação e renovação das *disputas epistêmicas* no campo, bem como para o tensionamento e ampliação de seu cânone (Carvalho & Brasil Jr., 2020; Santos, 2025; Alves & Gahyva, 2025). Prova disso são as mais recentes publicações sobre Pensamento Social Negro, como a coletânea organizada por Luciana Mello, Valter Silvério e Leonardo Belinelli (2025), publicada pela Editora Hucitec, que visa recuperar o legado de intelectuais negros e negras de diferentes gerações. É válido mencionar também a organização de dossiês sobre a temática nos últimos anos, como é o caso dos números temáticos *Pensamento Social Negro Radical Latino-Americano*, publicado em 2024 na Revista Extraprensa (USP), e o dossiê *Pensamento Social Negro: (des)centralidades, (in)visibilidades e reconhecimento*, publicado em 2025 na Revista Pós (Unb) – este último organizado em uma revista de discentes da pós-graduação. A partir desse breve panorama, é possível discutir algumas perspectivas e desafios que se colocam ao campo em questão.

Desafios epistemológicos para uma abordagem racializada do PSB

Do ponto de vista teórico, os esforços que visam promover um debate crítico sobre a questão racial desde o PSB recorrem a uma perspectiva analítica muito cara ao campo, que focaliza as relações entre ideias e vida social (Carvalho & Brasil Jr., 2020). Nesse sentido, as análises críticas acerca da produção do campo sobre relações raciais no Brasil recorreram, a partir da segunda metade do século XX, a perspectivas teóricas que permitem abordar as relações entre ciência e sociedade, com foco nas relações de poder que permeiam a produção do conhecimento. É possível destacar, em um primeiro momento, o recurso sobretudo ao léxico marxista e à sociologia do conhecimento, que busca explicitar a dimensão ideológica dessa produção intelectual, sua função como "técnica de dominação social" ou ainda as contradições entre as ideias e os fatos das relações raciais no Brasil. Ramos destaca também, já no início dos anos 1950, a importância da dimensão racial na análise da produção intelectual (Bacelar, 1980; Fernandes, 2021; Ramos, 2023).

Mais recentemente, outros aportes teóricos têm sido mobilizados no esforço de análise da produção do campo do PSB, a exemplo da noção de campo científico de Pierre Bourdieu, a crítica da ciência como crítica da sociedade, de Jürgen Habermas, além dos conceitos de colonialidade do poder/saber de Aníbal Quijano.

Em seu balanço, Pinho e Figueiredo (2002) recorrem a esses enfoques teóricos para evidenciar que as ciências sociais brasileiras não constituíram historicamente um campo "neutro" e "desinteressado", mas estiveram atravessadas pelas relações de poder e disputas que têm lugar na sociedade brasileira. Mais do que isso, trata-se de um campo *racialmente marcado*, que exprime e, em certa medida, legitima as relações de dominação racial inscritas na sociedade. Ademais, os autores recorrem à teoria da colonialidade para interpretar o sentimento de "inadequação" que marca a produção intelectual nacional, resvalando no modo predominante como as relações raciais são abordadas nessa produção, que enfatiza o polo racial dominado sob uma chave objetificante, pelo contraste com relação ao padrão civilizatório europeu, tomado como régua para avaliar os componentes formativos do país.

Figueiredo e Grosfoguel (2007, p. 38) retomam também as contribuições da perspectiva decolonial e dos feminismos negros para refletir sobre a noção de posicionalidade e sua relação com a produção intelectual, entendida como "lugar da enunciação, isto é, localização étnica, sexual, racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia". Tal discussão permite lançar luzes não somente sobre as contribuições do pensamento social negro, mas também sobre o que ficou de fora em um cânone constituído majoritariamente por uma intelectualidade branca, masculina e oriunda dos estratos sociais superiores. Ou seja, essa perspectiva permite desvelar o sujeito de enunciação – quase sempre encoberto nas ciências sociais –, evidenciando as relações entre sua localização nas estruturas de poder e sua localização epistêmica. Desse modo, seria possível explicitar as hierarquias de poder raciais hegemônicas no espaço acadêmico, quase sempre atreladas a um discurso de neutralidade.

Segundo os autores, essa discussão contribui para a recuperação das tensões colocadas no campo intelectual brasileiro, sempre que intelectuais negros(as) se posicionam e cobram comprometimento dos(as) pesquisadores(as) das relações raciais com o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil,

sendo não raro rejeitados a partir de um discurso de objetividade científica. Como mostra Nascimento (1982, p. 399), essa tensão foi vivenciada durante o I Congresso do Negro Brasileiro, resultando em uma nota dos cientistas ao final do certame, em que demarcavam o seu distanciamento com relação às reivindicações ali apresentadas e que, no entanto, não foi aprovada na Assembleia Final. A despeito de todas as precauções, a intelectualidade negra foi acusada naquele momento de "racismo às avessas".

De modo semelhante, as noções de "racismo epistêmico" e "epistemicídio" têm sido mobilizadas nos esforços de explicação sobre as razões do silenciamento de intelectuais negros(as) no campo do PSB. Santos (2025) recorre à primeira, tomada de empréstimo de Grosfoguel, para explicar o processo de invisibilização de intelectuais negras como Lélia Gonzalez no campo. Tal categoria permitiria elucidar uma dimensão do racismo que atribui "*privilégio epistêmico* a um circuito provinciano de homens brancos, garantindo-lhes o poder e controle dos dispositivos da produção e validação do conhecimento" (Santos, 2025, p. 7, *grifos da autora*) – resultante do processo de dominação impulsionado pelo imperialismo europeu.

Chama atenção igualmente o número crescente de pesquisas pós-graduadas que abordam os efeitos do racismo no campo intelectual brasileiro a partir da noção de "epistemicídio", que tem em Sueli Carneiro uma de suas principais formuladoras, do qual os artigos reunidos nos dossiês acima referidos oferecem uma pequena amostra (Teixeira *et al.*, 2025). Por meio dessa noção, enfatiza-se os processos de inferiorização e deslegitimação dos saberes produzidos pelos povos subalternizados, a exemplo de negros(as) e indígenas, que negam sua condição de sujeito de conhecimento e constituem uma dimensão fundamental da dominação racial imposta pelo colonialismo (Carneiro, 2023).

A noção de branquitude também tem sido mobilizada nos estudos voltados a explicitar os modos pelos quais relações de poder e práticas racistas são produzidas, naturalizadas e protegidas no ambiente acadêmico. Ao deslocar o foco da análise para o polo racial dominante, essa perspectiva permite interrogar os privilégios, os pactos de reconhecimento e os mecanismos de autopreservação que sustentam a autoridade intelectual branca. Trata-se, nesse sentido, de desvelar o pacto narcísico e silencioso que opera mesmo entre intelectuais cujas pesquisas mobilizam "abordagens teóricas problematizadoras do racismo, do colonialismo e do sexismo" (Almeida, 2021, p. 100; Bento, 2022).

Portanto, um importante desafio que se coloca ao PSB é o de sua aproximação com outras áreas de pesquisa que têm avançado na teorização da raça e da racialização, como a teoria social e o próprio campo dos estudos sobre relações raciais. Em *Por uma sociologia do racismo*, Guimarães, Campos e Gato (2024) destacam a importância de ir além do racismo como premissa, avançando na análise empírica dos seus mecanismos de reprodução. Na mesma linha de argumentação, Barreto *et al.* (2017, p. 133) apontam a necessidade de "fortalecer o diálogo com estudos sociológicos contemporâneos e estudos empíricos para ampliar as chaves interpretativas que nos permitam elucidar como situar a raça/cor na compreensão da sociedade brasileira contemporânea". Tais agendas se mostram fundamentais para o esforço de investigação sobre como o racismo intelectual tem operado historicamente no campo do PSB, já que, como destacou Gonzalez (2020), o racismo à brasileira costuma operar por denegação.

Longe de propor um quadro exaustivo das perspectivas teóricas mobilizadas nos balanços que abordam a questão racial, a discussão aqui apresentada constitui um ponto de partida para a sistematização dos esforços de abordagem crítica da questão racial desde o PSB. A partir dessa discussão, é possível destacar, à guisa de conclusão, pelo menos cinco desafios epistemológicos que se colocam ao campo:

Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de *historicizar* e *racializar* a área. Isso implica colocar diante de seus próprios contextos as categorias que têm sido mobilizadas para descrever e interpretar as relações raciais no Brasil. Reivindica-se uma nova transversalidade histórica que propicie uma forma de abordagem da problemática racial que procura revelar os *determinantes raciais da formação do campo acadêmico*. Outro desdobramento desse percurso é o de abordar a *relação entre posicionalidade e produção do conhecimento*. Não se trata de silenciar tradições intelectuais hegemônicas, mas de abordar os distintos modos através dos quais sua posicionalidade se inscreve na produção do conhecimento. Segundo Almeida (2021, p. 106), "para a intelectualidade branca, a tarefa exige análises sobre os seus processos de racialização, sondando como eles moldaram seus desejos, linguagem, cognição e afetos". O pensamento social negro apresenta uma relevante contribuição a esse respeito, ao demonstrar consciência da historicidade e posicionalidade de suas categorias, por vezes oriundas de sua experiência racializada e da luta política pela emancipação (Alves & Gahyva, 2025; Figueiredo & Grosfoguel, 2007; Pinho & Figueiredo, 2002, p. 199).

O segundo desafio que se coloca é o de *recuperar a dimensão antagônica e excludente da história do campo*. Esse esforço tem sido feito para resgatar, por exemplo, a presença feminina no cânone sociológico (Hamlin, Weiss & Brito, 2022), destacando como, a despeito da história linear da constituição desse campo disciplinar, que se tornou hegemônica, existiram disputas em torno do "modo legítimo" de produzir sociologia e da construção do conhecimento em diferentes espaços da sociedade. Essa discussão é particularmente profícua se pensamos que o esforço intelectual de interpretar o Brasil nunca esteve restrito ao campo acadêmico, abrangendo outros espaços não institucionalizados de produção do conhecimento – a exemplo do associativismo cultural e político no meio negro, da literatura não branca, da imprensa negra, além de outros movimentos e produções culturais.

Como desdobramento do anterior, reivindica-se, como terceiro desafio, a *urgente reinvenção do cânone*, pensado para além do campo institucionalizado, de modo a incorporar vozes negras (e indígenas) antigas e recentes que permitam refletir sobre as relações raciais a partir de novos ângulos. Vale ressaltar, nesse sentido, a produção de escritoras negras, do passado e do presente, como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Ana Maria Gonçalves, que produziram modos autênticos e originais de ler as relações raciais no Brasil, reunindo preocupações e interesses comuns a partir da experiência social da mulher negra. Há também a reivindicação pelo alargamento das fronteiras do campo e da própria concepção de intelectual, de modo a abranger produções musicais e audiovisuais que propõem diferentes sentidos e imagens sobre o país (Passiani, 2025).

Analisar os processos de produção da invisibilidade intelectual negra e do racismo intelectual. Esse quarto desafio envolve a produção de ferramentas teóricas e metodológicas que permitam operacionalizar a pesquisa sobre a reprodução e naturalização do racismo no campo intelectual que, na maioria das vezes, não se manifesta de modo aberto e explícito (Almeida, 2021; Santos, 2025; Silva, 2022). Trata-se de examinar não apenas a ausência de autores(as) negros(as) nos cânones, currículos e produção bibliográfica, mas também os mecanismos ativos que produzem essa ausência: critérios de consagração, regimes de citação, hierarquias temáticas, classificações disciplinares e formas de reconhecimento intelectual que frequentemente deslocam essas contribuições para posições marginais ou particularizadas.

Nesse sentido, a invisibilidade intelectual negra deve ser entendida como efeito de práticas recorrentes de seleção, enquadramento e legitimação que definem quem pode aparecer como intérprete autorizado do Brasil e quem permanece circunscrito aos lugares da militância ou da denúncia.

Por fim, faz-se necessário *analisar os processos sociais e epistemológicos que envolvem a construção curricular*. É preciso investigar como se dá o processo de construção dos currículos dos cursos de Ciências Sociais e áreas afins – e também a reprodução do "currículo oculto" do racismo acadêmico (Almeida, 2021, p. 105) –, mapeando como eles têm respondido às novas demandas advindas com o impacto das ações afirmativas. Outra orientação que desponta, dentro deste debate específico, diz respeito à diversificação racial do próprio corpo docente das universidades brasileiras, sobretudo considerando a relação inextricável entre posicionalidade e produção do conhecimento. Esses movimentos se mostram particularmente relevantes dada a observação de que a sala de aula tem constituído um espaço fundamental para a atualização e ampliação dos debates do PSB (Pinho & Figueiredo, 2002; Santos, 2025; Alves & Gahyva, 2025).

Esses desafios têm sido enfrentados pelo campo ainda de modo desigual e, por vezes, incipiente. No entanto, eles possuem potencial de renovação teórica e política, na medida em que deslocam o debate sobre relações raciais de um eixo meramente temático para uma interrogação mais profunda sobre os próprios fundamentos do PSB: seus cânones, critérios de consagração, regimes de visibilidade e disputas que conformam sua dimensão antagônica. Ao recolocar a raça no centro da reflexão sobre a formação do campo, tais desafios podem contribuir para que os esforços de *democratização* e *descolonização* de sua produção intelectual não se reduzam a *slogans*, como alerta Ynaê Lopes dos Santos em entrevista (Alves & Gahyva, 2025), mas se convertam em práticas efetivas de crítica, reconstrução e imaginação sociológica.

Referências

Almeida, Mariléa de. (2021). Racismo acadêmico e seus afetos. *História: Questões & Debates, 69*(2), 96–109. https://doi.org/10.5380/his.v69i2.80267

Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti; Gahyva, Helga (2025). Do cânone à contestação: visões sobre o pensamento social no Brasil. *Estudos Históricos, 38*(86), 1-19. http://doi.org/10.1590/S2178-149420250611

Bacelar, Jeferson Afonso. (1980). Sociologia da sócio-antropologia do negro na Bahia. *Anuário Antropológico, 4*(1), 261-276.

Barbosa, Muryatan. (2023). Apresentação. Por uma descolonização das relações étnico-raciais e do Brasil: a visão de Guerreiro Ramos. *In* A. R. Ramos, *Negro sou: A questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)*. Zahar.

Barreto, Paula, Lima, Márcia, Lopes, Andrea, & Sotero, Edilza. (2017). Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia, 5*(11), 113-141. https://doi.org/10.20336/rbs.223

Bento, Cida. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Bicudo, Virgínia L. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Editora Sociologia e Política.

Brasil Jr., Antônio, Jackson, Luiz Carlos, & Paiva, Marcelo. (2020). O pequeno grande mundo do Pensamento Social no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (91), 1–38. https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/499

Campos, Antônia J. M. (2014). *Interfaces entre sociologia e processo social: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo* [Dissertação de mestrado em Sociologia]. Universidade Estadual de Campinas. https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.928554

Cândido, Antônio. (1995). O significado de raízes do Brasil. *In* S. B. Holanda, *Raízes do Brasil* (pp. 9–21). Companhia das Letras.

Carneiro, Sueli. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.

Carvalho, Lucas, & Brasil Jr., Antônio. (2020). Mapeando a área de pensamento social no Brasil: uma análise preliminar de sua produção em artigos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 14*(3), 597–618. https://doi.org/10.29397/reciis.v14i3.2121

Connell, Raewyn. (2012). O império e a criação de uma ciência social. *Contemporânea, 2*(2), 309-336.

De Jesus, Alexandro Silva. (2025, 9 dez.). Notas sobre Adão, Exu e outros machos [Conferência de abertura]. *In 2º Colóquio de Teoria Social, Estado e Sociedade*. Natal.

De Jesus, Alexandro Silva (2026). *Notas sobre a atualidade da ferida colonial*. Titivillus Editora/ Ibirapitanga.

Fernandes, Florestan. (2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. Editora Contracorrente.

Figueiredo, Ângela, & Grosfoguel, Ramón. (2007). Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura, 59*(2), 36–41.

Guimarães, Antônio S. A., Campos, Luiz A., & Gato, Matheus. (2024). Introdução: por uma sociologia do racismo. *Tempo Social, 36*(02), 5-12. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.226504

Gonzalez, Lélia. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.

Hamlin, Cynthia, Weiss, Raquel A., & Brito, Simone M. (2022). Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias, 24*(61), 26-59. https://doi.org/10.1590/18070337-125407-PT

Maio, Marco C. (2010). Introdução. A contribuição de Virgínia Leone Bicudo aos estudos sobre as relações raciais no Brasil. *In:* V. L. Bicudo. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (pp. 23-60). Editora Sociologia e Política.

Melo, Alfredo César B. (2020). Raça e modernidade em Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Jr. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 35*(102), e3510215. https://doi.org/10.1590/3510215/2020

Mello, Luciana, Silvério, Valter, & Belinelli, Leonardo (orgs.). (2025). *Pensamento social negro* (Vol. I e II). Hucitec Editora.

Nascimento, Abdias (org.). (1982). *Negro revoltado*. Nova Fronteira.

Oliveira, Lucas A. (2025). Fractured form: formation and deformation in Brazilian Social Thought. *Estudos Históricos, 38*(86), e20250618. http://doi.org/10.1590/S2178-149420250618

Passiani, Enio. (2025, 2 jun.). A urgente reinvenção dos cânones: modos de pensar, pesquisar e ensinar Pensamento Social no Brasil [Conferência em vídeo]. *In 4º Seminário de Pensamento Social Brasileiro: Intelectuais, cultura e democracia*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3WSVvxxveXM

Pinho, Osmundo A., & Figueiredo, Ângela. (2002). Ideias fora do lugar e o lugar do negro nas Ciências Sociais Brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos, 24*(1), 189-210. https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000100008

Portela Jr., Aristeu. (2020). *A nação em disputa: Ações afirmativas com recorte racial no ensino superior e controvérsias em torno da identidade nacional no Brasil*. Ed. UFPE.

Ramos, Alberto Guerreiro. (2023). *Negro sou: A questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)* (M. S. Barbosa, org.). Zahar.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1955). *Patologia social do branco brasileiro*. Jornal do Comércio.

Ramos, Alberto Guerreiro. (1954). O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos de Nosso Tempo, 2*(2), 189-220.

Santos, Elen Cristina R. (2025). A invisibilização de Lélia González no Pensamento Social Brasileiro: reflexões a partir do ensino e produção bibliográfica da área. *Estudos Históricos, 38*(86), e20250606. http://doi.org/10.1590/S2178-149420250606

Schwarcz, Lilia M. (1993). *O espetáculo das raças*. Companhia das Letras.

Schwarcz, Lilia M., & Botelho, André. (2011). Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova*, (82), 139-159.

Shiota, Ricardo R. (2014). Guerreiro Ramos e a questão racial no Brasil. *Temáticas, 22*(43), 73-102. https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i43.11417

Silva, Mário Augusto M. da. (2022). Um pensamento social negro brasileiro, após os anos 1930. *Revista USP*, (133), 47-62. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i133p47-62

Silva, Mário Augusto M. da. (2018). Órbitas sincrônicas: sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950-1970. *Sociologia & Antropologia, 8*(1), 109-131. https://doi.org/10.1590/2238-38752017v814

Silva, Mário Augusto M. da. (2011). Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Sociedade e Estado, 26*(2), 435-445. https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200020

Souza, Jessé. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Editora Leya.

Teixeira, Jacqueline M., Carvalho, Layla P., Klein, Stefan, & Dias, Matheus F. G. (2025). Apresentação: antirracismo e práticas de resistência intelectual no Pensamento Social Negro. *Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 20*(2), 9-13. https://doi.org/10.26512/2317-0344.2025.e60804

Trindade, Lucas. (2025). A originalidade do conceito de capitalismo dependente em Florestan Fernandes. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas, 22*, 1-22. https://doi.org/10.36113/especiaria.v22i0.4730

Trindade, Lucas; Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti (2024). O pensamento em processo de Guerreiro Ramos e as múltiplas formulações sobre o problema do negro no Brasil. *Afro-Ásia*, n. 71, 1-14.

Recebido: 5 maio 2026.
Aceito: 22 set. 2026.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0